

## Senado pode investigar venda de terra na Amazônia a estrangeiros

Tema de reportagem do *Fantástico* no último domingo pode ser analisado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti, Mesquita Júnior e Eduardo Suplicy pedem investigação



ARTHUR VIRGÍLIO

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, lembrou que denuncia a venda ilegal de terras na Amazônia e o envolvimento do cidadão sueco Johan Eliasch desde 2004, sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo Ministério do Meio Ambiente. Virgílio criticou a relação do governador do Amazonas, Eduardo Braga, com Eliasch, e elogiou a entrada da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na apuração das denúncias. Mozarildo Cavalcanti afirmou que a Amazônia vem sendo ocupada de forma “muito tranqüila” por estrangeiros, que contariam com a “leniência, conivência ou, no mínimo, pouco caso do governo federal”. Mesquita Júnior disse que o Brasil não tem um projeto para a região e classificou a política da Funai de “picaretagem”. Eduardo Suplicy defendeu audiência com os ministros Nelson Jobim (Defesa), Tarso Genro (Justiça) e Carlos Minc (Meio Ambiente) e com o advogado-geral da União. **Página 8**



MOZARILDO CAVALCANTI

## Plenário deve analisar seis MPs para discutir voto aberto no Congresso

A pauta está trancada por seis MPs, entre elas a que determina que o BNDES poderá dispor de mais R\$ 12,5 bilhões para investimentos. Depois de votadas essas matérias, o Plenário deverá examinar propostas que estabelecem votações abertas no Congresso. **Página 3**



Presidida por Marisa Serrano, comissão mista tem como relator o deputado Luiz Sérgio

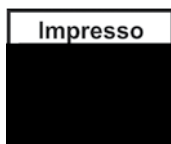
## Relatório final da CPI Mista dos Cartões será apresentado hoje

Em reunião marcada para as 10h, será lido o relatório final da CPI Mista dos Cartões Corporativos, elaborado pelo deputado Luiz

Sérgio. A senadora Marisa Serrano, presidente da comissão, disse que concederá vista coletiva até a manhã de quinta-feira. **Página 5**

## Câmara tenta votar hoje criação da nova CPMF

Os deputados podem aprovar mudanças no projeto do senador Tião Viana que garante R\$ 12 bilhões em recursos adicionais à saúde até 2011. A base governista na Câmara tenta criar a CSS, nova versão da CPMF. **Página 6**



## Sarney atribui alta do preço dos alimentos ao petróleo

Em uma análise sobre a alta do preço dos alimentos, José Sarney mencionou entre as principais causas a elevação do preço do pe-

tróleo, que aumenta o custo dos transportes dos produtos agrícolas e dos insumos, e a especulação financeira. **Página 6**



José Sarney diz que custo do diesel, apesar de controlado pelo governo, dobrou em sete anos



“Estamos nas mãos dos bandidos traficantes”, adverte senador

## Mário Couto diz que violência no Pará está fora de controle

Mário Couto (PSDB-PA) alertou ontem para a violência que está tomando conta do Pará. Segundo revelou, os Correios precisam pagar “pedágio” a bandidos para que os carteiros possam entregar correspondência em alguns bairros de Belém. Couto também disse ter acreditado na promessa de combate à violência feita antes da eleição pela governadora Ana Júlia Carepa, mas os dois filhos do senador foram assaltados há 15 dias.

– Ela prometeu muito. Ela se comprometeu com o povo do Pará. Ela afirmou, em quase todos os palanques, que iria combater a violência no meu estado, e não está combatendo. Estamos, no Pará, nas mãos dos bandidos traficantes, nas mãos dos mais perigosos bandidos, que se concentraram ali para fazer pura maldade ao povo paraense. Pior é que não se vê nenhuma providência.

Mário Couto mostrou um exemplar do jornal paraense *O Liberal*, cujas principais manchetes eram sobre crimes, violência e envolvimento da polícia com os traficantes. Ele denunciou a impunidade dos criminosos e disse que todos sabem onde estão localizados os pontos de venda de drogas, mas somente a polícia não vê.

## Plenário homenageia imprensa

Às 10h será realizada sessão especial para comemorar os 200 anos da imprensa brasileira e homenagear o seu patrono, Hipólito José da Costa. Às 14h, a sessão plenária é deliberativa. A pauta está travada por medidas provisórias e projetos de lei de conversão.



## Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, preside, às 10h, sessão especial em comemoração aos 200 anos da imprensa no Brasil; às 14h30 se reúne com os líderes do Senado; às 15h45 participa da posse do suplente de Jefferson Péres, senador Jefferson Praia; às 16h preside a ordem do dia; e, às 18h30, recebe Marcelo Crivella, acompanhado de compositores.



## CAE debate em audiência marco regulatório do petróleo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 9h30, audiência pública para debater o marco regulatório do petróleo, diante da perspectiva de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada do pré-sal no litoral brasileiro. Estão convidados os presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli;

e do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), João Carlos França de Luca; e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima. Antes, os parlamentares realizam cerimônia de aposição do retrato do ex-senador Luiz Otávio na galeria de ex-presidentes da CAE.

## Educação pode votar frequência mínima no ensino superior

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa 22 proposições a partir das 11h. O primeiro item da pauta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), com o objetivo de definir a frequência mínima exigida para aprovação na educação superior. Também propondo alterações na LDB estão em pauta o

projeto que inclui os custos com alimentação escolar nas despesas de manutenção e desenvolvimento; o que garante o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil; e o que propõe a abertura das escolas públicas em feriados e finais de semana para atividades extracurriculares.



## CPI dos Cartões

Reunião, às 10h, da CPI dos Cartões Corporativos para leitura e análise do relatório final, elaborado pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ).

## Orçamento

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para a definição dos coordenadores de comitês de trabalho e relatores setoriais.

## CCJ discute regras para pagamento de precatórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, às 14h, audiência pública para debater propostas que alteram as regras para execução de precatórios – pagamentos a serem feitos pela Fazenda Pública por determinação judicial.

Entre os convidados para a reunião estão os presidentes do Confaz, Nelson Machado; e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; e a responsável pelo Brasil na agência de risco Standard & Poor's, Lisa Shineller.

## Lançamentos no Interlegis

No Interlegis, às 10h, ocorre o lançamento do livro *Quadro Comparativo da Constituição Brasileira 1988-2008*; às 10h30, do *Quadro Comparativo – Constituição da República Federativa do Brasil: 1988-2008*; e, às 18h, do *O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte*, volume 4.

## Simpósio de Estudos Constitucionais

Como parte das comemorações dos 20 anos da Constituição tem início, às 9h, o Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais, realizado pelo Senado, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), com o apoio da Consultoria Legislativa. A primeira conferência do dia trata do tema “O Poder Legislativo e o Estado Contemporâneo”.

## Indenização por overbooking

Reunião, às 11h30, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para votar 20 itens. Entre eles, o substitutivo a quatro projetos que instituem indenização a passageiros prejudicados pelo excesso de reservas em aeronaves – o *overbooking*.

# JORNAL DO SENADO

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho  
 1º Vice-Presidente: Tião Viana  
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
 1º Secretário: Efraim Morais  
 2º Secretário: Gerson Camata  
 3º Secretário: César Borges  
 4º Secretário: Magno Malta  
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro  
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves  
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333  
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes  
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
 Arte: Cirilo Quartim  
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
 www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br  
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti e Geraldo Mesquita Júnior

Célio Azevedo



Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência pública hoje

## Senadores debatem com Gabrielli o marco regulatório para o petróleo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje audiência pública com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para debater o marco regulatório do petróleo na perspectiva de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada pré-sal – reservatórios que se encontram em camada de sal ao longo de 800 quilômetros de extensão (até 200 quilômetros de largura) do trecho do litoral brasileiro que vai do Espírito Santo a Santa Catarina.

Caso se confirmem as estimativas preliminares da Petrobras sobre essas prováveis jazidas de petróleo, o Brasil, que atualmente ocupa o 24º lugar entre as maiores reservas de óleo e gás no mundo, poderia passar para o oitavo ou nono lugar, posições hoje ocupadas por Venezuela e Nigéria,

respectivamente. Haveria, assim, um crescimento dos atuais 14,4 bilhões de barris de óleo para cerca de 90 bilhões de barris.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), que propôs a audiência, afirmou que, segundo estudos do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), o Brasil perde cerca de US\$ 2 bilhões a cada ano de atraso na discussão de um novo modelo tributário para o setor. Casagrande lembrou que, em consequência das novas perspectivas, chegou a ser adiada a oitava rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Para o debate, foram convidados ainda o diretor-geral da ANP, Haroldo Lima; e o presidente do IBP, João Carlos França de Luca.

## Projeto na CCT facilita acesso de deficientes visuais a livros

Geraldo Magela



Flávio Arns é autor de proposta que deve ser analisada amanhã por comissão

Com 12 itens na pauta, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se amanhã, às 8h45, para, entre outros, apreciar projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR) que autoriza o poder público a disponibilizar pela internet arquivos digitais (em áudio ou impressos na linguagem braile) dos livros adquiridos por programas governamentais. A matéria (PLS 111/08) recebeu

parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), e tem como objetivo ampliar o acesso dos deficientes visuais aos livros.

Os senadores da CCT também poderão votar projeto de lei (PLS 409/03) do senador licenciado e atual ministro das Comunicações, Hélio Costa, que institui a Fundação de Pesquisa Universitária, a ser mantida pelas instituições de ensino superior privadas e destinada a promover desenvolvimento científico, pesquisa e capacitação tecnológica. O relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), é favorável à aprovação da matéria, que tramita em decisão terminativa na comissão.

Consta também da pauta da CCT projeto de lei que visa proibir as empresas de TV a cabo de cobrar pela disponibilização do serviço em pontos adicionais ou extras de entrada de sinal. A proposta (PLS 346/05) é de Pedro Simon (PMDB-RS).

Financiamentos do BNDES, zonas de processamento de exportação e transformação de cargo de secretário da Igualdade Racial em ministro são assuntos das medidas provisórias

# Pauta pode ser liberada hoje com a votação de seis MPs

O Senado deve examinar hoje seis medidas provisórias (MPs) que estão obstruindo a pauta (com 86 itens). Após a apreciação dessas MPs, os senadores poderão votar, em primeiro turno, três propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem votações abertas no Congresso – duas para perda de mandato e uma para todas as votações da Câmara e do Senado.

Primeiro item da pauta, a MP 414/08 determina que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá dispor de até R\$ 12,5 bilhões de recursos extras, a serem concedidos mediante crédito do Tesouro Nacional, para poder ampliar sua capacidade de financiamento em projetos de investimento.

A MP 420/08, também na pauta, complementa a 414/08, abrindo crédito extraordinário de R\$ 12,5 bilhões, para suprir o BNDES de recursos com vistas

à atender a demanda por novos investimentos.

O PLV 15/08, projeto de lei de conversão proveniente da MP 418/08 – segundo item da pauta –, estabelece que as empresas autorizadas a operar em zonas de processamento de exportação (ZPEs) ficarão isentas do pagamento de sete impostos e contribuições em suas importações ou aquisições no mercado interno de bens e serviços. São eles: Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Cofins-Importação, PIS/Pasep ou para o PIS/Pasep-Importação e Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Esse PLV altera a lei que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs (Lei 11.508/07) e a lei que cria áreas de livre comércio nos municípios

de Boa Vista e Bonfim, em Roraima (Lei 8.256/91), para regulamentar essas ZPEs. O governo também institui exigências para as empresas alcançarem esses incentivos.

A MP 419/08, que segue na pauta de votações, transforma o cargo de secretário especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em ministro de Estado chefe da referida secretaria. Já a MP 421/08, que também aguarda votação, elevou o salário mínimo mensal de R\$ 380 para R\$ 415, que corresponde a um reajuste de 9,21%, e passou a vigorar no dia 1º de março de 2008.

A última medida da pauta, a MP 423/08, abre crédito extraordinário, no valor global de R\$ 613,752 milhões, em favor dos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, para atender despesas com obras em rodovias federais e com populações vítimas de chuvas e inundações.



Moreira Mouriz

Após liberar a pauta, Senado deve votar três PECs que estabelecem votações abertas no Congresso e seis sobre a maioria penal

## Projetos sobre sacoleiros do Paraguai e irrigação do Nordeste e Centro-Oeste aguardam exame

Após a votação das MPs, os senadores poderão analisar projetos de lei e de decreto legislativo (PDS), bem como PECs que aguardam deliberação do Plenário. Entre os projetos e PECs destacam-se, pela ordem da pauta:

PLC 27/08 – Institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Esse regime permite a importação mediante pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na operação, com alíquota total de 42,25%. A adesão ao regime é opcional.

PDS 11/08 – Aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007.

PEC 48/03 – Prorroga dos atuais 25 para 30 anos o prazo para a aplicação de recursos destinados à irrigação para as regiões Centro-Oeste e Nordeste. Pela PEC, a União deverá aplicar os recursos até 2019, e não até 2014, como determina, atualmente, Ato das Disposições Transitórias da Constituição.

PEC 5/05 – Determina que os brasileiros residentes no exterior deverão votar e eleger deputados federais que os representem. Atualmente, a legislação eleitoral do Brasil permite apenas que os residentes no exterior votem para presidente da República.

PEC 38/04 – Estabelece voto aberto para a decretação de perda

de mandato de parlamentar.

PEC 50/06 – Determina que as votações na Câmara, no Senado e todas as deliberações do Congresso Nacional deverão ser feitas pelo voto aberto dos parlamentares.

PEC 86/07 – Também institui o voto aberto no Congresso Nacional, mas somente na decretação de perda de mandato de parlamentares.

PEC 57/05 – Permite que vetos presidenciais sejam apreciados separadamente no Senado e na Câmara.

PECs 20/99, 18/99, 3/01, 26/02, 90/03, 9/04 – Tratam da redução da idade para a imputabilidade penal.

Participam de audiência representantes do Conselho Federal da OAB, do Conselho Nacional de Política Fazendária e da Confederação Nacional dos Municípios

## Comissão debate novas regras para precatórios

Será realizada hoje, às 14h, audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir o substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a sete propostas de emenda à Constituição que alteram as regras de pagamento de precatórios – dívidas de municípios, estados e União cujo pagamento foi determinado por sentença judicial. A audiência foi proposta pelos senadores pela Bahia César Borges (PR) e Antonio Carlos Júnior (DEM).

Foram convidados os presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito; do Conselho Nacional de Política Fazendária, Nelson Machado; da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; e da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva; além da representante no Brasil da agência de risco Standard & Poor's, Lisa Shineller. Representantes



Raupp é autor do substitutivo às sete propostas sobre o tema

da OAB já manifestaram preocupação com o descumprimento de direitos constitucionais devido ao não-pagamento de precatórios. Representantes dos prefeitos, por sua vez, defenderam a adoção de mecanismos de pagamento das dívidas dentro das condições orçamentárias dos municípios.

Em seu voto, Raupp destaca que a sistemática atual para o pagamento de precatórios, definida na Constituição, mostrou-se inoperante, levando a grande

acúmulo de dívidas não-pagas, com consequente prejuízo a milhares de credores das Fazendas Públicas em todo o país. O texto apresentado pelo parlamentar também leva em conta a realidade orçamentária de estados e municípios, fixando limites para o comprometimento de recursos dos Executivos para pagamento dos débitos.

Raupp propõe que seja dada prioridade ao pagamento de precatórios alimentícios e, entre eles, àqueles cujos titulares sejam maiores de 60 anos, conforme emenda de César Borges. Das sete propostas examinadas pelo senador para elaboração do substitutivo, três tratam da prioridade de pagamento a idosos. Fora da prioridade aos precatórios alimentícios, os demais deverão ser pagos conforme ordem cronológica de apresentação, como forma de evitar o favorecimento de um credor sobre outro, argumenta Raupp.

## Sindicatos pedem redução da jornada de trabalho

Acompanhados do senador Paulo Paim (PT-RS), representantes da Força Sindical, da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e de outras entidades trabalhistas reúnem-se hoje com o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Os sindicalistas querem pressão na votação de propostas que reduzam, de imediato, a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais,

sem redução de salário.

Destinadas a fazer essa mudança, as propostas de Emenda à Constituição 75/03, 231/95 e 393/01, a primeira tramitando no Senado e as outras duas na Câmara, aguardam deliberação. As PECs que tramitam na Câmara aguardam instalação de comissões especiais. Na audiência será entregue a Garibaldi documento

subscrito por cerca de quatro milhões de trabalhadores.

Ao explicar essas iniciativas à Agência Senado, Paim disse que a ideia é que, reduzida a jornada para 40 horas, o Brasil a diminua gradativamente para 36 horas, o que propiciará trabalhadores mais descansados na jornada diária, assim como a geração de mais vagas no mercado de trabalho.

## Confederação de profissionais liberais será homenageada

O Senado homenageará a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) na sessão plenária de quinta-feira, às 14h, pelo transcurso do 54º aniversário da entidade. A homenagem, que será feita na hora do expediente – período que antecede as votações das matérias –, foi solicitada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Fundada em fevereiro de 1953, a CNPL foi reconhecida no ano seguinte pelo governo como instituição sindical representante de profissionais como advogados, contabilistas, corretores de imóveis, fisioterapeutas, dentistas e médicos, entre outros.

## Continua na CMA seminário sobre controle público

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza quinta-feira, às 9h, o quarto e penúltimo encontro do ciclo de debates Controle Público – Instrumento de Cidadania. Será discutida a atuação do Congresso Nacional e dos tribunais de contas no controle da gestão pública, além da transparência nas informações sobre o processo orçamentário. A discussão será coordenada pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), que abordará o tema “A interação entre o Legislativo e os demais atores: é possível falar de um sistema de controle no Brasil?”.

## Projeto pode regulamentar esportes radicais

Mortes e constantes acidentes, muitos deles graves e que vêm mutilando atletas que praticam os esportes radicais ou de aventura – como *bungee jump* e rapel –, poderão levar o Senado a aprovar uma lei fixando regras para essas diferentes modalidades esportivas. Entre as normas em discussão, está a que condiciona a prática dos esportes radicais à qualificação técnica de instrutores e demais profissionais responsáveis pela preparação dos locais e operação de equipamentos, por meio de certificado obtido em curso específico. O assunto será tema de audiência pública, amanhã, no Senado.

O primeiro passo já foi dado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou parecer a projeto de autoria do senador Efraim Morais (DEM-PB) que estabelece regras para esse tipo de esporte. O projeto

(PLS 403/05) exige o selo de controle de qualidade dos equipamentos usados em esportes radicais, a ser emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de equipamentos usados nos esportes radicais e de insumos utilizados na montagem desses mesmos equipamentos, de acordo com o texto, serão obrigados a exigir, do adquirente, o Certificado de Comprador, emitido pelo poder pú-



Efraim Morais pretende com seu projeto dar mais segurança a desportistas

blico em favor do profissional autônomo ou entidade habilitada a prover a oferta de esportes radicais ou de aventura. Quem vender equipamentos a pessoas não qualificadas para a prática dos esportes estará sujeito a multa e pena de detenção de seis meses a dois anos.

### Preocupação

Amanhã, os senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizam audiência pública para instruir a tramitação do projeto, que será votado em decisão terminativa

nesse colegiado. Marcada para as 10h, a reunião procura ampliar a discussão da matéria. Entre os convidados, Flávio Padaratz – o Teco –, bicampeão mundial de surfe e proprietário da licença WCT no Brasil.

Também deverão participar da audiência pública o presidente da Confederação Brasileira de Surf, Antônio de Barros; o diretor do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo, do Ministério do Turismo, Diogo Demarco; o presidente da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo, Jorge Derviche Filho; o diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, André Arantes; e o presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada, Silvério Nery Filho.

## Senado Verde quer incentivar novas atitudes

O Senado, por iniciativa do programa Senado Verde, promove entre os dias 9 e 13 de junho a 3ª Semana do Meio Ambiente, sob o lema “Mudança de Atitude”. Para a realização das conferências, a Casa contará com a parceria da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

Entre os temas em debate, está a palestra “Diretrizes de Sustentabilidade para Edifícios Públicos”, na qual serão discutidos procedimentos para a redução de impactos socioambientais aplicados às

construções e o conceito de *Green Building*. O uso de potenciais hídricos (veja matéria ao lado) é um assunto que também faz parte da agenda da semana.

O programa Senado Verde foi criado em 2007 para estimular iniciativas de boa gestão ambiental, mobilizar as pessoas e buscar soluções para evitar desperdícios e reduzir o consumo de energia, água e papel. As inscrições para as palestras são gratuitas e podem ser feitas por meio da internet, no portal do Interlegis.



Fonte de sobrevivência para milhares de famílias, o rio São Francisco passa por graves problemas como devastação em suas margens e assoreamento de seu leito

## 3ª Semana do Meio Ambiente discute rio São Francisco

Sobre o tema “Uso de Potenciais Hídricos: a Questão da Transposição das Águas”, será realizado no próximo dia 12, às 17h, no Interlegis, seminário que reunirá vários especialistas do país. No encontro serão debatidos aspectos técnicos, políticos, socioeconômicos e legais do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

O evento tem como objetivo

esclarecer a população sobre todas as questões relativas ao projeto, de iniciativa do governo federal, que visa à integração daquele rio a bacias hidrográficas do semi-árido nordestino.

Após palestra de abertura e apresentação do projeto, promovidas pelo consultor legislativo da Câmara dos Deputados José de Sena Pereira Júnior, estarão em debate os

seguintes temas: lições internacionais na gestão da transposição de águas; Projeto de Integração do São Francisco; viabilidade legal desse projeto quanto aos recursos hídricos e ao licenciamento ambiental e ainda sua viabilidade técnica, política e socioeconômica.

O seminário contará com a presença do professor da Universidade de São Paulo (USP) Rubem Porto; do consultor

do Projeto de Integração do Rio São Francisco Rômulo de Macedo Vieira; do diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Oscar Cordeiro; da representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Moara Menta Giasson; e do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) João Abner Guimarães Junior.

A votação do documento com as conclusões e recomendações deve ocorrer até domingo, data de encerramento do prazo de 90 dias fixado para o trabalho da CPI mista



Reunião da CPI mista está marcada para as 10h; depois da leitura do relatório, será concedida vista coletiva do documento

## CPI dos Cartões conhece hoje seu relatório final

O relatório final da CPI Mista dos Cartões Corporativos será lido hoje, em reunião marcada para as 10h. A presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), disse que concederá vista coletiva do texto até as 10h da quinta-feira, quando serão lidos os votos em separado, se forem apresentados. Em seguida, deputados e senadores votarão o relatório final. A votação deve ocorrer até o domingo, data de encerramento do prazo de 90 dias fixado para o trabalho da CPI dos Cartões.

Uma vez aprovado, o relatório elaborado pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) será encaminhado ao presidente do Senado e do Congresso Nacional, Garibaldi Alves Filho, para que seja dado conhecimento do documento aos demais parlamentares.

No último dia 28, os sub-relatores de Sistematização e de Fiscalização da CPI dos Cartões, deputados Carlos

Sampaio (PSDB-SP) e Índio da Costa (DEM-RJ), respectivamente, apresentaram relatórios parciais com propostas dessas áreas ao relator da comissão. Luiz Sérgio informou que analisará os documentos para decidir se vai incorporá-los ao seu relatório.

### Dossiê

Os relatórios parciais não trouxeram novidades. Neles, também não houve sugestão de indiciamento de ministros e outras autoridades do governo federal envolvidos em irregularidades no uso dos cartões corporativos e das chamadas “contas B”. No texto, os deputados não pediram o indiciamento dos envolvidos no suposto dossiê com informações sobre gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O relator da CPI dos Cartões já afirmou que não incluirá o caso do dossiê em seu texto.

Entre as propostas apresen-

tadas no último dia 28 pelos dois sub-relatores, destaca-se a recomendação de descredenciar definitivamente os portadores de cartões corporativos que façam uso abusivo do instrumento, com a obrigatoriedade de restituição, em dobro, dos valores gastos. Os dois sub-relatores propuseram limitar os saques a casos excepcionais e específicos.

### Proibição

Também foi sugerida a proibição de uso dos cartões aos sábados e domingos, bem como a identificação das empresas privadas que mantêm relações contratuais com o poder público e que têm, no seu quadro societário, sócios que são ou foram servidores públicos.

Índio da Costa defende ainda a realização de licitação para escolha do banco, do adquirente (empresa que credencia os estabelecimentos para aceitar a bandeira) e da bandeira do cartão corporativo do governo federal.

## Em discussão, o impacto dos impostos na vida dos pobres

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública, na quinta-feira, a partir das 9h, para debater com o presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Márcio Pochmann, o impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados.

Em seguida, a CDH deve deliberar sobre 12 itens, entre eles requerimento para promover audiência com o objetivo de discutir o trabalho de menores no cultivo e preparo das folhas de fumo no estado do Paraná.

## Embaixador e parlamentares analisam integração regional

O representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul, Regis Arslanian, participará na quinta-feira de reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Ele fará uma exposição aos senadores e deputados que integram a representação a respeito do atual quadro do processo de integração regional. Arslanian tem mantido contato permanente com a representação brasileira. Ele costuma reunir-se com os parlamentares, em Montevidéu, antes de cada sessão plenária do Parlamento do Mercosul.

Gerardo Magela



Governo quer intervir em área que está dando certo, diz Adelmir

## Adelmir critica proposta sobre Sistema S

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) voltou a criticar a intenção do ministro da Educação, Fernando Haddad, de propor que parte da arrecadação das empresas para o chamado Sistema S (Senai, Senac, Senar, Sesi e Sesc) seja direcionado a cursos para formação universal de trabalhadores, e não apenas para formação específica na área de indústria, comércio, serviços e área rural.

Adelmir afirmou que o governo quer intervir em uma área administrada pelas confederações de empregadores “que vem dando certo há 60 anos”. Ele entende que a formação universal compete ao Estado.

### Administração

O senador contestou o governo, que considera uma “caixa preta” a administração dos recursos do Sistema S (cerca de R\$ 8 bilhões por ano, provenientes de 2,5% da folha de salários das empresas), explicando que as confederações dispõem de conselhos encarregados de fiscalizar os gastos e que o Sistema S usa a Lei de Licitações em seus processos, mesmo que isso não lhe seja exigido. Disse que há grande capilaridade no sistema e que o Serviço Nacional do Comércio (Senac), por exemplo, está presente em 2.800 municípios do país.

– Seria um intervencionismo desnecessário. O próprio ministro tem evoluído em suas idéias sobre o assunto, mas sempre insiste na criação de um fundo especial para gestão desses recursos – comentou.

Em aparte, Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que o simples anúncio de possíveis mudanças no Sistema S tem levado à suspensão de “importantes projetos em instalação”.

Deputados podem votar mudanças em projeto de Tião Viana que destina à saúde R\$ 23 bilhões até 2011. Governistas alegam que é necessário determinar a fonte dos recursos adicionais

# Governo tenta aprovar hoje na Câmara projeto que cria nova CPMF

O governo deverá enfrentar nesta semana uma batalha política na Câmara dos Deputados para aprovar substitutivo a projeto de lei complementar (PLP 306/08) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29 e garante um aporte de recursos para a saúde da ordem de R\$ 23 bilhões até 2011.

O substitutivo, que poderá ser votado hoje na Câmara, cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS), que deverá funcionar nos mesmos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas com alíquota de 0,1% e destinação de recursos exclusiva para o setor. Só a CSS pode assegurar R\$ 10 bilhões em arrecadação por ano.

A alíquota da CPMF – contribuição que deixou de ser cobrada em dezem-

bro de 2007 – era de 0,38%, e a arrecadação prevista do tributo, para 2008, era de R\$ 40 bilhões.

Os líderes governistas na Câmara rejeitaram o texto do projeto de regulamentação da Emenda 29 da forma como foi aprovado no Senado – onde tramitou como PLS 121/07 – Complementar –, já que não determinava a fonte dos recursos adicionais. A falta dessa previsão tornou necessária, segundo o governo, a criação dessa nova contribuição.

### Resistências

A oposição, porém, ameaça obstruir a votação na Câmara, argumentan-



Tião Viana é autor da proposta aprovada pelos senadores

do que a arrecadação tributária federal tem registrado recordes sucessivos e que esses recursos seriam suficientes para custear os novos gastos com a saúde. Além disso, os deputados questionam a criação da nova contribuição por meio de lei complementar.

Se a proposta passar na Câmara, onde deverá enfrentar a resistência também de parlamentares aliados do governo, nova batalha deverá ser travada no Senado, onde o ambiente é ainda mais hostil a novos tributos.

Com informações da Agência Câmara

## Sarney: petróleo e especulação encarecem alimentos

Ao analisar a alta do preço dos alimentos em todo o mundo, o senador José Sarney (PMDB-AP) apontou, entre as principais razões para o fenômeno, o aumento do preço do petróleo, que eleva o custo de transporte dos alimentos e dos insumos agrícolas, e a especulação financeira.

Sarney lembrou que o custo do diesel, apesar de ter o preço controlado pelo governo, dobrou em sete anos, enquanto os fertilizantes subiram, só no último ano, no país, 41%. No mercado mundial, salientou, o aumento do cloreto de potássio, usado em fertilizantes, chegou a 90%, enquanto outras fórmulas tiveram aumento de até 150%. O custo



Sarney afirma que o Brasil pode triplicar produção de alimentos

da importação desses produtos, no Brasil, deverá ser da ordem de US\$ 15 bilhões.

O senador informou que o governo está criando um grupo de trabalho para estudar o problema. Observou que são necessárias tanto medidas a curto prazo como soluções de longo prazo. Essas podem vir, em sua opinião, com a exploração das jazidas brasileiras, como a de potássio, de Nova Olinda, às margens do rio Madeira, e o aproveitamento do gás natural excedente na Amazônia.

Referindo-se a outra causa da alta do preço dos alimentos – a especulação financeira –, Sarney ressaltou que o mercado de futuro da Bolsa

de Chicago já negociou 22 safras. O senador debitou esse fato na conta do que chamou de “esse mundo virtual financeiro que se criou”.

### Papel do Brasil

Sarney citou dados da FAO para refutar a tese de que a inclusão da China e da Índia no mercado consumidor de alimentos é responsável pelo encarecimento da comida, assinalando que esses dois países aumentaram suas produções nos últimos anos. Tampouco a produção dos biocombustíveis pode ser responsabilizada pelo aumento dos preços dos alimentos, disse.

Na opinião de Sarney, o Brasil tem um papel importante na solução do problema alimentar em nível mundial, já que pode triplicar sua produção de alimentos ampliando a área plantada em 3,5% no cerrado ou convertendo 1,5% das pastagens atuais.

## Magno Malta vai a São Paulo saber detalhes sobre pedófilos

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), deverá encontrar-se hoje com policiais do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) da Polícia Civil, em São Paulo, para saber mais detalhes sobre a operação que resultou na prisão de Marco Aurélio Toledo e no suicídio do tenente da Polícia Militar Fernando Nevez Braz, envolvidos com uma rede de práticas sexuais com menores.

Na sexta-feira, os integrantes da CPI retornam a São Paulo para ouvir diretores do site UOL sobre o uso de salas de bate-papo por pedófilos. Amanhã, às 9h, a comissão deverá

reunir-se, conforme informou Malta, para propor a votação da quebra de sigilo de 800 pedófilos, selecionados entre os mais de 3 mil investigados a partir de dados sigilosos fornecidos pelo site Orkut.

Na próxima semana, os membros da CPI deslocam-se para o Rio Grande do Sul, onde analisarão a prisão dos diretores do campo de nudismo Colina do Sul devido a envolvimento com pedofilia. O encontro da comissão com o presidente Lula, que estava previsto para amanhã, foi cancelado, e nova data ainda será marcada.



Malta deve encontrar-se hoje com policiais civis do Gaeco



Leopoldo Silva

Para Mão Santa, candidatos concorrem de forma desigual

## Mão Santa quer provas de concurso em todos os estados

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que o próximo concurso público para o Senado tenha provas aplicadas em todas as capitais brasileiras. Ele considera injusto que os concursos tenham provas em apenas algumas capitais, criando dificuldades para que brasileiros de vários estados concorram em igualdade para cargos públicos.

O senador disse que a Casa já aprovou projeto de sua autoria (PLS 509/03) determinando que “as provas relativas a concursos públicos para provimento de cargos federais serão realizadas no Distrito Federal e nas capitais dos estados nos quais haja interessados regularmente inscritos, em números igual ou superior a 50”. A proposta tramita agora na Câmara.

O concurso para o Senado deste ano prevê a realização de provas em sete capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Belém, Recife e Porto Alegre, além de Brasília).

– E o Brasil agora? Ó desigualdade! – frisou.

Mão Santa também afirmou que vai propor aumentar o prazo de validade dos concursos. Ele lamentou o fato de, atualmente, serem aproveitados apenas 10% a 20% dos aprovados antes que a seleção perca a validade (de até dois anos, prorrogáveis por mais dois, segundo a Constituição).

### Eça de Queiroz

O senador ainda leu um texto de Eça de Queiroz, a respeito de Portugal de 1871. “O Estado é considerado na sua ação fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo”, dizia o escritor.

– Vejo muito disso no Brasil de hoje – comparou Mão Santa.

Leopoldo Silva



Expedito: eleitor precisa conhecer os postulantes aos cargos eletivos

## Proposta obriga a divulgação dos candidatos a vice

Com o objetivo de possibilitar aos cidadãos “o conhecimento adequado de todos aqueles que postulam cargos eletivos”, o senador Expedito Júnior (PR-RO) apresentou projeto (PLS 180/08) que torna obrigatória na propaganda eleitoral, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, a menção do nome e a divulgação das imagens dos candidatos a vice-presidente, vice-governador, vice-prefeito e suplente de senador. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão decisiva terminativa.

O senador afirma que a “responsabilidade dos substitutos no exercício dos mandatos é tão grande como a de seus titulares, por isso não tem sentido tratar a informação sobre eles como algo de somenos importância, como permite a nossa legislação”.

Para Expedito Júnior, um dos maiores problemas que se afiguram para a cidadania é a assunção dos cargos de senador por suplente, ou o exercício do vice nas chefias das prefeituras e dos governos estaduais sem que os eleitores tenham tido, durante a campanha, o devido conhecimento do perfil dos referidos candidatos.

– O vice-presidente da República também assume o mandato esporadicamente e, em casos excepcionais, poderá assumir em caráter definitivo. Muitas vezes, os eleitores não conhecem sequer os nomes desses substitutos, porém estarão sujeitos ao seu governo ou a sua apresentação parlamentar, caso assumam o cargo.

Outra proposta de Paulo Paim que espera a deliberação dos deputados extingue o fator previdenciário, mecanismo que reduz em até 40% os valores das aposentadorias

# Câmara analisa emenda que dá a inativos mesmo índice do mínimo

Aguarda exame de uma comissão especial da Câmara dos Deputados a emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) a projeto do Poder Executivo que garante aos aposentados e pensionistas os mesmos índices de reajuste concedidos ao salário mínimo. A matéria foi aprovada pelo Plenário do Senado em 9 de abril deste ano.

A proposição original (PLC 42/07) dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização no período de 2008 a 2023. A matéria já havia sido aprovada pelos deputados em junho do ano passado, mas, por causa da aprovação da emenda de Paim, voltou à Câmara para nova deliberação.

Pelo projeto, o salário mínimo terá reajustes anuais até 2011, sempre com base na inflação do ano anterior, acrescida do mesmo percentual do crescimento real da economia de dois anos antes. Assim, com a emenda de Paim, em 2009 também as aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receberão, além da inflação de 2008, um aumento de 5,4%, que foi o percentual do crescimento do PIB de 2007 e que será atribuído



Iniciativa de Paulo Paim também beneficia proventos dos pensionistas

ao reajuste do salário mínimo.

O cálculo da inflação terá como base o Índice de Preços ao Consumidor (INPC), definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também ficou definido na proposta que a cada ano o governo retrocederá em um mês a vigência do reajuste do salário mínimo. Essa determinação já começou a vigorar a partir deste ano, quando o aumento ocorreu no dia 1º de março. Em 2009, o reajuste se dará em 1º de fevereiro e, a partir dos anos seguintes, sempre no dia 1º de janeiro.

### Fator previdenciário

No mesmo dia em que foi aprovada a emenda de Paulo Paim, o Plenário do Senado acolheu projeto (PLS 296/03), também do parlamentar do Rio Grande do Sul, que extingue

o chamado fator previdenciário. Trata-se de um cálculo estipulado em 1999 que leva em conta, para a concessão da aposentadoria, além da idade e do tempo de contribuição do segurado, também a expectativa média de sobrevida para ambos os sexos, entre outras variáveis.

Segundo justificou o senador na apresentação da proposta, o fator previdenciário reduz em cerca de 40% os valores das aposentadorias dos que integram o Regime Geral da Previdência Social, prejudicando, principalmente, os mais pobres.

O projeto aprovado pelos senadores está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. Se aprovado sem alterações, segue para a sanção presidencial. Mas, se houver modificações de mérito, volta ao Senado para nova análise.

### Alô Senado

Os temas que envolvem reajuste do salário mínimo e do valor das aposentadorias e pensões têm sido um dos mais consultados no serviço Alô Senado, uma central de relacionamento com o cidadão, que funciona por meio do 0800-612211.

## Desempregado pode ser isento de taxa em concurso

Paulo Paim apresentou, no final de maio, proposta de emenda à Constituição que estabelece novas regras para pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos. Ele propõe que desempregados e trabalhadores com remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos sejam isentos do pagamento da taxa. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ).

Na justificativa da proposta (PEC 19/08), Paim argumenta que nem todos têm condição financeira para investir “algumas dezenas de reais na inscrição de concursos”. De acordo com o senador, essa situação cria uma espécie de ciclo vicioso, o que impossibilita pessoas de menor condição financeira de concorrerem

a cargos públicos.

Paim ainda aponta como objetivos da proposta “abrir caminho para a conquista de uma carreira e de melhoria econômica para pessoas com necessidades financeiras”. Segundo o senador, a PEC deverá propiciar um incremento na competitividade dos concursos públicos e maior respeito ao princípio da igualdade material.



Gerardo Magela

Partido imita o corrupção, “que não constrói o seu ninho”, diz Heráclito

## Heráclito: PT no Piauí se apropria de obra alheia

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou da tribuna o que chamou de politização das obras do Hospital de Urgência de Teresina Dr. Zenon Rocha. Ele acusou o PT de dizer, no horário de propaganda eleitoral gratuita, que a obra do hospital é resultante da administração do partido.

– Apropriam-se das obras alheias, pegam algumas obras em fase terminal ou, então, já concluídas. Apenas pintam e, em alguns casos, dão um novo nome e inauguram como se fossem suas – acusou o senador, acrescentando que “no estado do Pará, também, eles praticam a mesma coisa”.

### Contas

Para Heráclito Fortes, a politização é “uma tentativa de viabilizar a candidatura do deputado federal Nazareno Fonteles” à prefeitura. Ele disse que Nazareno devia prestar contas sobre as obras do metrô e as da Ponte do Sesquicentenário, ambas paralisadas. Segundo o senador, o PT imita o corrupção, “aquele passarinho que não constrói o seu ninho e apodera-se dos ninhos alheios”.

O parlamentar observou que “ninguém está interessado nas questões envolvendo o embate político que se aproxima”, mas sim “no funcionamento do pronto-socorro”. A administração do hospital, informou Heráclito Fortes, é municipal. Ele elogiou o prefeito de Teresina, Silvio Mendes (PSDB), pelo equilíbrio com que vem tratando essa questão.

**A água vale ouro** A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Fonte: Fruma e Instituto Akzo  
Arte: Cidão Quartim

Campanha institucional do Jornal do Senado

### Suplicy elogia trajetória de Antônio Ermírio

Eduardo Suplicy (PT-SP) traçou em Plenário um perfil elogioso do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que comanda o grupo Votorantim.

Em resposta ao pedido de solidariedade à China feito por Antônio Ermírio, o senador informou que o governo brasileiro destinou US\$ 200 mil em alimentos, roupas e mercadorias para as vítimas do terremoto que abalou aquele país.

Suplicy afirmou que atualmente, próximo de completar 80 anos, Antônio Ermírio, “que dedicou boa parte de sua vida à geração de emprego, continua trabalhando como se tivesse 30”.

### Homenagem ao ex-ministro Sérgio Motta

O ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta, morto em 1998, deverá ser homenageado pelo Senado com um “voto de lembrança”. A proposta foi requerida pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

“Como secretário-geral do PSDB e ministro das Comunicações no governo Fernando Henrique, Sérgio Motta foi o principal responsável pelo fim do monopólio das comunicações, com a privatização do sistema Telebrás, que, além de ensinar notável avanço da telefonia, significou passo relevante para o desenvolvimento do país”, diz Virgílio no requerimento.

Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti, Mesquita Júnior e Eduardo Suplicy comentam reportagem do programa *Fantástico* e querem esclarecimentos de ministros

## Comissão pode investigar venda de terras na Amazônia a estrangeiros

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pode analisar a venda de terras na Amazônia para estrangeiros. A proposta, feita inicialmente pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), foi apoiada pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Virgílio lembrou que denuncia a venda ilegal de terras na Amazônia e o envolvimento do cidadão sueco Johan Eliasch no episódio pelo menos desde 2004, sem que nenhuma providência mais séria tenha sido tomada por parte do Ministério do Meio Ambiente. Na época, segundo o parlamentar, já se falava que com US\$ 50 bilhões seria possível a estrangeiros comprar vastas áreas da Amazônia. O líder do PSDB elogiou a entrada da Agência Brasi-

leira de Inteligência na investigação das denúncias.

Arthur Virgílio criticou a relação do governador do Amazonas, Eduardo Braga, com Eliasch.

– O governador do Amazonas me manda uma carta informando que este com Eliasch no saguão do Hotel Fasano, em São Paulo, um lugar chique; que foi apresentado ao sueco pelo empresário e ex-senador Gilberto

Miranda; e diz que nada foi tratado. Eu respondi ao governador que saguão de hotel não é lugar para se tratar de venda de terras do meu estado e que lhe faltou compostura. Foi um plano contra o estado e quero aqui denunciar a falta de governo no Amazonas – protestou o senador, afirmando que, do encontro nesse hotel, teria resultado a venda de 180 mil hectares de terras na região.

#### Audiência

Em aparte a Arthur Virgílio, Suplicy defendeu o comparecimento à CRE dos ministros Nelson Jobim (Defesa), Tarso Genro (Justiça) e Carlos Minc (Meio Ambiente), além de José Antonio Dias Toffoli, advogado-geral da União, para esclarecer a venda de terras a estrangeiros na Amazônia, principalmente à ONG Cool Earth, de Johan Eliasch.



Virgílio diz que vem alertando sobre problema desde 2004



Suplicy pede comparecimento de ministros à CRE para esclarecer fato

## Mozarildo vê “pouco caso” e Mesquita aponta omissão

A Amazônia vem sendo ocupada de forma “muito tranquila” por estrangeiros, que contariam com a “leniência, conivência ou, no mínimo, pouco caso do governo federal”. A advertência foi feita ontem, em Plenário, por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao comentar a reportagem exibida pelo *Fantástico*, da TV Globo.

Mozarildo observou que a Amazônia ocupa 61% do território nacional e que o governo precisa fiscalizar as organizações que atuam na região, “começando pela Fundação Nacional do Índio [Funai], pela Fundação Nacional de Saúde [Funasa] e pelo Conselho Indigenista Missionário [Cimi]”. O senador lembrou que a Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais, que funcionou entre 2002 e

2003 e foi presidida por ele, apontou irregularidades em dez entidades que agiam na região.

– São gigolôs de índios, usam ONGs para roubar o povo brasileiro. Já andei em inúmeras comunidades indígenas e não vejo dinheiro aplicado por essas instituições – comentou.

O senador por Roraima também considerou que a concessão de florestas para exploração por empresas

precisa ser analisada pelo Senado. A concessão, estabelecida pela Lei 11.284/06, pode ser feita por até 40 anos, renovável por igual período.

– Como se vai alugar um pedaço de terra sem que a Casa da Federação examine? Nós examinamos concessões de rádio comunitária, televisão, nomes de diretores de agências reguladoras, Banco Central, e não analisamos a questão da concessão ou aluguel de nossas florestas? – indagou.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que o Brasil não tem um projeto para a Amazônia e classificou a política da Funai de “picaretagem”. Ressaltou que o episódio revela uma “lógica de omissão quase absoluta” por parte do Estado brasileiro “com relação à Amazônia”.



Mozarildo critica “gigolôs de índios que roubam o povo”



Mesquita Júnior lamenta que país não tenha projeto para a região

### Virgílio questiona contratação

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), encaminhou requerimento solicitando à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) e à Abin informações sobre a contratação, por aquele órgão, de Angela Maria Slongo, mulher de Francisco Antonio Cadena Collazos, conhecido ainda, de acordo com o senador, como Olivério Medina ou Padre Medina, e que seria representante das Farc no Brasil.

Virgílio citou denúncia do jornalista da revista *Veja* Diogo Mainardi, que, esta semana, informou que Angela Slongo foi contratada como oficial de gabinete na Seap.

### Senador critica mais incentivos para as ZPEs

Arthur Virgílio condenou em discurso os incentivos fiscais e outras regras que favorecem a implantação das zonas de processamento de exportação (ZPEs). Segundo o senador, esses empreendimentos vão concorrer de maneira injusta com a Zona Franca de Manaus.

Medidas como isenção de 100% do Imposto de Renda para investimentos no Norte e no Nordeste, nos primeiros cinco anos, fazem parte do projeto de lei de conversão (PLV 15/08) oferecido à medida provisória (MP 418/08) que altera a regulamentação tributária e aduaneira das ZPEs.

### CMO discute com líderes indicação de relatores

Em reunião do colégio de representantes dos líderes partidários, às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiantará negociações em torno de cargos decisivos no processo de tramitação do projeto de Lei Orçamentária para 2009. Os

partidos vão apresentar nomes que desejam emplacar como relatores das dez áreas setoriais em que se divide a programação de despesas preparada pelo governo. Este ano a CMO está aplicando, na prática, o sistema de rodízio partidário no exercício dos prin-

cipais cargos do colegiado. Na mesma reunião, a comissão deve tratar das indicações dos coordenadores e membros de dois de seus comitês permanentes que ainda estão em aberto. Um deles é o comitê que ficará responsável pela avaliação, fiscalização e

controle da execução das ações do Orçamento vigente. O outro é o encarregado de avaliar as informações sobre obras e serviços executados que apresentam indícios de irregularidades graves – trabalho conduzido com base em relatórios do TCU.